

# De incapaz a mestrando

Almires Martins Machado

Todo indígena habitante de terra indígena próxima ou não de centros urbanos sofre o estigma de ser índio, bugre, preguiçoso, alcoólatra, raça inferior, principalmente se esta comunidade indígena localiza-se em um estado onde a retomada do território tradicional é uma constante, como no caso do Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>, os termos pejorativos são os mais usados, para se fazer menção ao indígena ou a comunidade local, na existência de conflito acentua-se o etnocentrismo<sup>2</sup>, o racismo campeia, não só nas escolas indígenas, onde o professor é um não índio, como nos vários segmentos da sociedade urbana.

Esse preconceito é explicitado veementemente quando ocorre um fato, como fechar rodovias como forma de protesto ou quando da retomada de território – sobretudo quando se trata de invasor de território indígena pertencente a família dita tradicional e de influência política – o que poderia ser mais um conflito torna-se “guerra” entre indígenas e não-indígenas. Quando o indígena se depara com o outro as diferenças afloram, por estar em jogo interesses que levam o nome de interesse monetário sobre a terra, por outro lado o indígena quer apenas seu território de volta e os valores que esta terra representa são diferentes, distanciados do valor pecuniário.

Esse foi o contexto de minha infância, cresci sob a mão de ferro dos militares na administração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), dos muitos horrores que se praticava contra o povo indígena; mas antes de ir para a invenção não-indígena chamada de escola, tive o privilégio de passar pela educação Guarani Nhandeva e Terena; a influência maior foi da educação Nhandeva, com uma metodologia de ensino especial, meus avós eram os professores. Avós paternos (Terena) e maternos (Nhandeva), e ambos, sempre foram, o que o não indígena chama de pajé.

Dos ensinamentos que recebi sobre a vida, como respeitar o outro na sua diferença, sempre buscando na introspecção o

Guarani/Terena, advogado,  
discente do Programa de  
Pós-Graduação em Direito  
(PPGD) na Universidade  
Federal do Pará (UFPA).

meio de tentar entender o porquê, de tal comportamento ou a razão de tal modo de pensar e agir do outro, embora minha avó materna (Nhandeva), afirmasse que o nosso modo de pensar e agir, era melhor do que dos outros povos. Ensinavam que era preciso aprender, também, com os erros; e ser ético, não era para ficar envaidecido além do limite com as vitórias, pois estas poderiam cegar o entendimento do que ocorre ao redor, podendo nos fazer *tavy*<sup>3</sup>. Como *avate'e* (pessoa verdadeira, idônea), o comportamento deveria ser sempre de compreensão evitando o embate, o conflito, buscando o consenso, mesmo que o posicionamento íntimo seja outro. Esta maneira de agir tem rendido ao Guarani mais uma forma de preconceito, de que são coitadinhos, inocentes, conformados, sem iniciativa, sem objetivos ou metas, incapaz de tomar atitude!

Iniciei a minha vida escolar fora da comunidade indígena, em uma missão evangélica de presbiterianos, com maneiras de comportamento estranhas a minha cultura. A escola parecia mais uma prisão, lá fui alvo de pancadas e castigos, as primeiras aplicadas com régua de madeira e os segundos consistiam permanecer ajoelhado no canto da sala de aula, pois, como toda criança indígena, era muito ativo. Na sala de aula, alunos Nhandeva, Kaiowa, Terena e não-indígena, eram tratados da mesma maneira, como se não existisse diferenças entre nós, de etnia para etnia e de cada etnia em relação ao não-indígena. Alguns colegas eram alvo de zombaria, execração pública, símbolo de pena máxima do direito que nos era ensinado nas rodas de conversas com os mais velhos, ao redor da fogueira nos *guachires*<sup>4</sup>. Constantemente, ficávamos de castigo, após a aula, quando os outros colegas já tinham chegado em suas casas, saíamos do castigo e, algumas vezes, ainda éramos obrigados a preencher páginas e mais páginas com frases do tipo: “não vou fazer mais isto.” Esta foi a minha rotina até terminar a quarta série, exceto as brigas, que acabavam em socos e pontapés, quando os não-indígenas nos chamavam de fedorentos e bugres. Inúmeras vezes chegamos próximo da expulsão do convívio da escola, pois nos confrontávamos com os não-indígenas, diuturnamente.

Fui para a escola na cidade e, em sala de aula, ocorreu de ser ridicularizado por uma professora, pelo fato de ter dificuldades em pronunciar palavras compostas com as letras “L” e “R”, não existentes em minha língua materna. Dada a distância da terra indígena para a cidade, meus pais me deram uma bicicleta, porém esta se tornava inútil em época da chuva, então ia a cavalo, presente de meu pai. Este é o ponto chave, a família sempre me incentivou muito, ensinou-me a jamais desistir. Minha avó dizia que eu tinha que escrever a aventura da minha vida nos

estudos, contá-la como se fora uma grande e difícil caçada, e que eu deveria ter a determinação dos heróis de nossos mitos, aprendendo com eles, a recriar a realidade a partir do que aprendesse com o *karai* (homem branco). Dizia ela que mesmo que passasse por situações difíceis, sempre haveria um novo dia.

Muitos colegas iam a minha casa, brincávamos, pescávamos, andávamos a cavalo e, ao terminar o dia, não queriam mais voltar para as suas casas, pois lá não tinham liberdade e não eram tratados da mesma forma que as crianças na aldeia. Assim foi se formando o meu círculo de amizade, da mesma forma que os recebia em casa, também era recebido nas suas casas e isso ajudou a ir desmistificando a idéia que seus pais tinham dos indígenas.

O ensino médio ou o científico da época freqüentei em outra escola, nesta não tive problemas, com professores ou com os colegas, alguns professores me incentivavam a ir em frente, a não desistir, a lutar pela causa indígena, a aproveitar as oportunidades que iriam surgir, informando que não havia outro caminho senão o da universidade, para que pudesse abrir os caminhos do Direito para o nosso povo. Nessa escola estavam os melhores e os mais revolucionários professores da rede estadual em Dourados (MS).

Neste período, a nossa comunidade sofria os impactos e as consequências da intromissão externa, resultando no primeiro grande conflito sob a regência dos políticos e da política da FUNAI, a qual resultou em mortes de muitos indígenas e na expulsão de muitas famílias do convívio da comunidade, aplicação do direito interno vigente. Os professores cientistas de toda a situação faziam a análise dos fatos e indicavam possíveis soluções que não eram as praticadas pelas autoridades. Recebi inúmeros convites para participar dos movimentos sociais para, em conjunto, levar adiante as reivindicações indígenas, mas evitei-as! Terminei o segundo grau atendendo a expectativa dos meus professores, que me desejavam excelente futuro. Fui para o exército, queria seguir a carreira militar e o comandante da quarta brigada de cavalaria, casado com uma mulher terena, persuadiu-me da idéia dizendo que com o meu grau de escolaridade, teria mais oportunidade fora do exército, pois lá era lugar dos que não tinham escolaridade. Acreditei na idéia e desisti da carreira militar. Voltei para casa e comecei a caminhada em busca de adentrar as portas da universidade, pareceu-me mais difícil entrar na universidade, do que alcançar a *terra sem males*, como busca o Povo Guarani. Todas as minhas tentativas foram em vão, a minha pessoa era invisível para aquele mundo, estava convicto que tinha um lugar ali, mas a dura realidade me dizia

que não passava de um sonho, de uma visão. À época, eu não tinha conhecimento de que havia indígenas na universidade, fosse ela pública ou particular.

Até onde me foi possível, tentei e não consegui transpor as dificuldades. Sai em busca de ganhar o pão de cada dia e não davam emprego para índio; restou-me ir para o canavial, nas usinas de cana fui cortador, fiscal de turma, bituqueiro<sup>5</sup>, motorista de caminhão e plantador de cana nas usinas de açúcar e álcool do Estado. Fiz, também, um dos piores serviços que conheço: colheita manual de sementes de braquiária.

Nestes locais verificava como o nosso povo é explorado, trabalhava em troca da comida, o patrão apresentava uma dívida eterna, nada diminuía a conta; famílias inteiras, praticamente, escravizadas pelos fazendeiros e usineiros, dezenas e dezenas de crianças que deveriam estar nas escolas, tinham por lápis em suas mãos inocentes um facão canavieiro; seu livro de tarefa era a cana em pé, queimada esperando o corte. A injustiça de que eram vítimas me indignava, mas naquele momento não poderia fazer nada, então pensava novamente na universidade.

Decidi ir para a cidade, na capital, fui vendedor viajante e ambulante, mas não conseguia vislumbrar uma oportunidade para ser um universitário. Voltei para a aldeia Jaguapirú e, após treze anos de ter concluído o segundo grau, um chefe de posto chamou-me para, juntamente, com sua esposa, elaborar um projeto para incluir indígenas na universidade. Assim nasceu o projeto que abriu oportunidade para 100 indígenas iniciar o curso superior, na Universidade da Grande Dourados (UNIGRAN). Não pagaríamos mensalidades, apesar de ser uma Instituição particular, mas teríamos que arcar com as despesas referentes a alimentação, moradia e material escolar (livros, fotocópias, entre outros) para dar suporte ao curso escolhido. Saídos da miséria que campeia nas terras Guarani, com o agravante de ter pouca ou nenhuma ajuda financeira de nossos familiares, a situação era insustentável.

Fizemos então o vestibular, os que passaram deram os primeiros passos em direção ao sonho e a subseqüente desilusão. Estávamos em um mundo que não foi pensado por nós ou para nós, a inclusão do indígena era fumaça nos olhos de muitos.

Estávamos na universidade, é verdade! Mas, sem um projeto de apoio ao estudante indígena. Assim, a equipe que formulou o projeto de entrada na UNIGRAN, debruçou-se sobre um novo projeto, e conseguiu aprovar uma verba destinada à casa e à alimentação patrocinada pela Funai, com isso alguns avançavam e conseguiram concluir o curso.

Em sala de aula os problemas se relacionavam com o que se entendia por índio, pois os não-índigenas ficavam restritos nos conceitos dos livros escolares expressando o preconceito arraigado socialmente, barreiras que enfrentamos diariamente. Mas, pior era a arrogância daqueles que se consideravam os donos de índios por serem os pesquisadores e os donos da verdade sobre os indígenas. Uma professora, ao ofertar *Introdução ao estudo do Direito*, afirmou textualmente que índios, nordestinos e bolivianos, tinham a tendência de ser burros, dessa forma as diferenças se acentuavam e tudo ia parar sob forma de queixa na reitoria.

Neste período estávamos vivendo o segundo grande conflito interno, na aldeia Jaguapirú, fruto da ingerência externa, felizmente não morreu ninguém, mas várias famílias foram expulsas, este caso envolveu mais três comunidades indígenas, que vieram oferecer solidariedade para os que estavam sofrendo perseguições, principalmente, por parte do Ministério Público Federal.

Como não tinha condições de comprar os livros da literatura jurídica, então ficava olhando editais de concurso para trabalho jurídico e oratória, os colegas percebendo o meu interesse, cruelmente perguntavam se eu conseguiria ficar entre os últimos colocados. Tomei o fato por desafio e escrevi um artigo para um dos concursos, e obtive o terceiro lugar, como prêmio, recebi uma coleção de livros jurídicos. Quanto a oratória, recusei-me a fazer o curso, imaginava que não precisava de gestos e posturas, quando sou possuidor do poder da palavra. Nas eliminatórias não escrevia nada, levava em mãos, papel em branco, pois tudo estava na minha cabeça, não via a necessidade de esquematizar a fala, pensava que ela deveria vir da alma!

E, sempre desafiado, passei pelas eliminatórias e na grande final, a banca julgadora composta por professores, da casa e da Universidade de São Paulo (USP), anunciado o resultado, fiquei em segundo lugar, recebi a nota máxima dos professores visitantes, diferente das notas recebidas de meus professores. O que me deixou constrangido foi o fato de que os três primeiros colocados ficaram lado a lado, para receber os parabéns e os prêmios, e a platéia ao cumprimentar a primeira colocada (não-indígena) lhe diziam – “parabéns, mas o primeiro lugar por direito é do índio”. Recebi mais uma coleção de livros de direito e R\$ 500,00 (quinhentos reais) que até, hoje, não recebi. Colei grau, como bacharel em Ciências Jurídicas, no dia 10 de dezembro de 2004, o único indígena nessa turma.

No final de 2006, veio a notícia inesperada, o edital diferenciado do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade

Federal do Pará (UFPA), juntamente com a possibilidade de ser orientado pela professora Jane Beltrão. Assim fiz o projeto de dissertação e, em 2007, vim para o Pará e, de volta ao mundo acadêmico.

Ficava pensando em como ia administrar essa nova situação? Como ia sobreviver? Quais seriam os desafios dessa vez? Como seria recebido pelos colegas? A despeito disso continuava em frente, deixando as coisas acontecerem, para entendê-las e tentar estar à altura para oferecer boas respostas às indagações que surgiriam. Surpreendeu-me não a qualidade dos recursos humanos, mas o modo próprio como os professores se posicionavam frente às inquietações da turma do Direito, quase sempre positivista e sacramentando tudo de acordo com o ordenamento jurídico, os professores, ou quase todos, foram de presença magistral. O mais surpreendente foi o fato de que os colegas profissionais do Direito, acostumados a dirimir situações de conflito envolvendo o direito de outrem, não estavam aptos à dialética do Direito, a ver o outro a partir do Direito não positivo. Pareciam esquecer que a abstração jurídica tem vários caminhos e bifurcações, que permitem ver e entender o outro a partir do diálogo do possível, para então tornar-se operador do Direito.

O exercício de olhar e ver o outro como coitadinho e incapaz, transparecia na fala de alguns colegas, soando a nós, Rosani (índia Kaingang) e eu, como se realmente não fossemos capazes de pensar e agir de acordo com o que é melhor para nós e nosso povo. O embate teórico passa pelo crivo daquilo que não se conhece e para nós a tarefa é esforçar-se para explicar as questões de acordo com os valores culturais do meio onde vivemos. A indignação nasce do fato de que as forças não conseguem transpor a barreira da diferença ou porque a verdade do outro incomoda, quando ela desnuda e confronta o que até então era tido como certo, como correto.

O Mestrado trouxe a tentativa do diálogo ao redor da fogueira das inquietações, onde deveriam ser incinerados os preconceitos, especialmente, aqueles que pensam os indígenas como “sem cultura” e o mundo não-indígena como civilizado e que, o simples fato de estar no mestrado, é ou seria sinal de cultura ou civilização. Mas, o próprio etnocentrismo, presente em sala de aula, impulsionou as discussões e penso que contribuí para mudança de paradigmas, pois, a universidade, é o lugar onde se “amoldam” as cabeças pensantes e creio ter contribuído para tal.

Alguns problemas persistem, entre eles, sublinho os seguintes:

- A bolsa não é suficiente para suprir as necessidades surgidas durante o curso, no caso o grande número de cópias e impressões que dão suporte às disciplinas.

- A distância da família é outro obstáculo que se tem a superar, o indígena não consegue ficar muito tempo longe de seus parentes.
- A falta de local de moradia mais próximo da universidade, pois assim se ganharia tempo ou aproveitaríamos melhor o nosso tempo.

Penso que a bibliografia e o modo como os professores conduziram as aulas contribuiu para que, houvesse aproximações e assim tentar convergir idéias para o objetivo comum, ter justiça, ser justo! Ainda que se tenha dificuldade, abrimos caminhos para os futuros mestrandos indígenas.

O preconceito sempre existiu e existirá, mas podemos administrá-lo e amenizar e as suas conseqüências, aqui reside o embrião das mudanças para quem está em fase adulta e assim foi ensinado a pensar. Podemos então repensar os paradigmas da educação e dar continuidade a transformação desse mundo em algo melhor.

## Notas

<sup>1</sup> Local onde os conflitos de terras são constantes, pois o que para fazendeiros é invasão, para nós, é luta para retirar o invasor de território que nos pertence por tradição e sem o qual não podemos viver.

<sup>2</sup> Sobre o assunto, consultar: ROCHA, Everardo. O que é Etnocentrismo. São Paulo, Brasiliense, 2007.

<sup>3</sup> Tavy corresponde ao estado em que o indivíduo fica aéreo, abobalhado, bobo, perfeito idiota.

<sup>4</sup> Festa guarani, durante a qual é servida uma bebida a base de milho, batata ou cana-de-açúcar, chamada chicha.

<sup>5</sup> Indivíduo que recolhe a cana que cai do canavieiro durante o carregamento.

**Recebido em 04 de setembro de 2007.**

**Aprovado para publicação em 16 de setembro de 2007.**

